

**idn** cadernos

# DESPOJOS DE GUERRA: AS CONSEQUÊNCIAS E SEQUELAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

COORDENAÇÃO DE:

ANA PAULA PIRES, ANTÔNIO PAULO DUARTE E TERESA NUNES



Despojos de Guerra:  
as Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial

Coordenadores:

Ana Paula Pires  
António Paulo Duarte  
Teresa Nunes

Autores:

Michael S. Neiberg  
María Inés Tato  
Carolina García Sanz  
Rita Nunes  
Inês José  
Diogo Ferreira  
Luís Cunha  
Célia Reis  
Teresa Nunes  
João Moreira Tavares

Outubro de 2019

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto da Defesa Nacional sobre as mesmas.

---

***Directora***

Helena Carreiras

---

***Editor***

Luís Cunha

---

***Núcleo de Edições***

António Baranita

---

***Capa***

Nuno Fonseca/nfdesign

---

***Propriedade, Edição e Design Gráfico***

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

***Composição, Impressão e Distribuição***

PENTAEDRO, Lda.

Praceta da República, 13 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião – Portugal

Tel.: 218 444 340

Fax.: 218 492 061

E-mail: [pentaedro@mail.telepac.pt](mailto:pentaedro@mail.telepac.pt)

---

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

---

© Instituto da Defesa Nacional, 2019

---

# Índice

<b>Autores</b>	5
<b>Apresentação</b>	9
<i>Ana Paula Pires, António Paulo Duarte e Teresa Nunes</i>	
CAPÍTULO I – CONSTRUIR A PAZ, FAZER A GUERRA	
<b>The Inquiry: An Experiment with the Fourteen Points</b>	13
<i>Michael S. Neiberg</i>	
<b>Tempos Turbulentos: o Final da Primeira Guerra Mundial na Argentina</b>	23
<i>María Inés Tato</i>	
<b>Continuidad y Ruptura: la Búsqueda de Soluciones para España en la Posguerra Europea</b>	31
<i>Carolina García Sanz</i>	
<b>A Grande Guerra e o Desporto: os Jogos Interaliados de 1919</b>	43
<i>Rita Nunes</i>	
CAPÍTULO II – FUNDAR A NAÇÃO, DESFAZER A GUERRA	
<b>Estado e Regulação do Abastecimento Alimentar na Transição para a Paz (1919-1924)</b>	61
<i>Inês José</i>	
<b>As Consequências Políticas do Pós-Guerra em Setúbal: da “Monarquia do Norte” à Evolução Eleitoral (1919-1922)</b>	75
<i>Diogo Ferreira</i>	
<b>Macau entre Repúblicas: Nem Guerra, Nem Paz (1914-1918)</b>	95
<i>Luís Cunha</i>	
<b>Novas Situações Coloniais no Final da Grande Guerra: as Colónias do Oriente</b>	115
<i>Célia Reis</i>	

CAPÍTULO III – ENTENDER A GUERRA, EDIFICAR A PAZ

**Na Senda da Paz: Portugal, Europa e Multilateralismo (1915-1916)** 127

*Teresa Nunes*

**Memórias da Grande Guerra: O Memorial Virtual** 147

*João Moreira Tavares*

# Tempos Turbulentos: o Final da Primeira Guerra Mundial na Argentina

**María Inés Tato**

*Instituto Ravignani, Universidad de Buenos Aires (UBA)/CONICET*

*Escuela Superior de Guerra, Facultad del Ejército, Universidad de la Defensa Nacional (UNDEF)*

Durante os quatro anos em que a Primeira Guerra Mundial decorreu, os dois governos argentinos de partidos opostos que se sucederam – o do conservador Victorino de la Plaza e o do radical Hipólito Yrigoyen – adotaram a neutralidade como medida diplomática oficial perante um conflito que, iniciado na Europa, logo adquiriria uma perspectiva global. O fato em si é significativo, pois mostra uma continuidade que contrasta com a drástica mudança em questões políticas ocorrida naqueles anos, que testemunhou a transição de um sistema político restrito à primeira experiência democrática após a promulgação da Lei Sáenz Peña, que em 1912 implementou o sufrágio universal, secreto e obrigatório (Tato, 2004). A posição do governo argentino em relação às relações exteriores – que se manteve durante todo o conflito, apesar das pressões internas e externas – coexistiu com uma ativa mobilização da sociedade. A reação social à então chamada “guerra europeia” foi expressa na recolha de ajuda humanitária às vítimas da guerra, no recrutamento de voluntários ao serviço dos beligerantes – como soldados ou pessoal médico ou auxiliar – e em intensos debates em torno das causas e responsabilidades do conflito.

A opinião pública cedo se tornou polarizada em torno dos lados beligerantes e dividiu-se entre os chamados “aliadófilos” e os “germanófilos”. Os primeiros foram, sem dúvida, maioria entre as elites intelectuais e políticas da Argentina, entre as quais, desde o século anterior, havia uma admiração generalizada pela França, considerada o ápice da civilização ocidental e do refinamento cultural. Ao contrário, os admiradores da Alemanha vinham de certos campos profissionais que encontraram no império uma referência inescapável: as ciências exatas, o direito, a medicina, a filosofia, o exército. A partir de 1917, a conjunção de vários episódios bélicos levou à reestruturação desses alinhamentos baseados inicialmente em afinidades eletivas. Com efeito, a entrada dos Estados Unidos na guerra, ao lado dos Aliados, e o afundamento de três navios de bandeira argentina por submarinos alemães, vítimas da guerra submarina sem restrições, combinaram-se no chamado “caso Luxburg”. Na sua campanha de pressão para alinhar os países latino-americanos para seguirem a sua política externa, o governo norte-americano difundiu numerosos telegramas enviados à Alemanha pelo ministro plenipotenciário daquele país na Argentina, o conde Karl von Luxburg. Intercetados e decifrados pelos serviços de inteli-

gência britânicos, esses documentos fizeram alusão às autoridades argentinas em termos injuriosos e sugeriram continuar a política de afundamentos, mas “sem deixar rastros”. A revelação gerou um verdadeiro escândalo público, além de ser considerado uma afronta à soberania e à dignidade nacional. Embora o incidente diplomático tenha sido resolvido em favor da Argentina, o caso questionou a neutralidade oficial e provocou uma nova polarização e confrontos amargos. Nesta ocasião, a situação internacional confrontou os partidários da rutura das relações com a Alemanha – os “rupturistas”, também qualificados como “aliadófilos” – e os partidários da neutralidade – os “neutralistas”, identificados como “germanófilos” apesar da enorme variedade de motivações que fundamentavam o seu posicionamento face à “questão internacional”. As ruas das principais cidades do país foram transbordadas por manifestações massivas reclamando uma ou outra direção em matéria de relações externas, cujos ecos foram apanhados e amplificados pela imprensa, gerando um panorama de tensão que perdurou até o final da guerra (Tato, 2017).

Por outro lado, embora a Grande Guerra tenha sido um importante estímulo para alguns setores da economia agroexportadora, ela não gerou um impacto homogêneo e positivo na economia, como um todo. Por exemplo, enquanto as exportações de gado aumentaram, as exportações de grãos diminuíram, refletindo as crescentes dificuldades de transporte em tempos de guerra: na verdade, a carne tinha um valor maior por unidade de volume e assim amortecia o custo do frete (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 70). O desenvolvimento da indústria sofreu de forma desigual os impactos pela guerra. Assim, houve um aumento na produção de carne congelada e enlatada, e nos têxteis de lã, destinados a suprir as necessidades dos Aliados na frente, e em menor proporção, outras atividades destinadas ao suprimento de algumas importações cresceram. No entanto, no seu conjunto, a produção industrial não cresceu substancialmente durante o período (Weinmann, 1994, pp. 41-42).

Já em 1913, a crise dos Balcãs e uma má colheita levaram à desaceleração da economia. Com a eclosão da guerra, a situação piorou. A chegada de investimentos e créditos do exterior cessou. As importações declinaram drasticamente, afetando não apenas as indústrias que dependiam de importações e de tecnologia do exterior, mas também o Estado, cujo rendimento dependia em proporções significativas das taxas sobre produtos importados. Como resultado, a despesa pública e especialmente as obras públicas diminuíram, e com eles o emprego, apesar da cessação dos fluxos migratórios procedentes da Europa. De fato, o desemprego, que em 1913 chegou a 6,7%, subiu mais que o dobro no ano seguinte, atingindo 19,4% em 1917.

Além disso, é necessário ter em mente que o comércio argentino foi intensamente afetado pela guerra econômica travada pelos dois lados beligerantes. Desde o início da guerra, a Grã-Bretanha implantou o bloqueio marítimo para impedir o abastecimento alemão, que afetou diretamente os países neutros. A partir de 1916, também aplicou listas negras, que implicaram o boicote de empresas de propriedade alemã sediadas na América do Sul e os seus parceiros locais. Pela sua parte, a Alemanha reagiu a essas medidas com a guerra submarina, levando ao afundamento de numerosos navios aliados. A partir de

1917, esta estratégia intensificou-se e assumiu a forma de guerra submarina irrestrita, tornando os navios neutros potenciais alvos de ataques. Como vimos, a Argentina sofreu o naufrágio de três navios de bandeira nacional, episódios que iniciaram uma crise diplomática aguda e a consequente mobilização da opinião pública (Weinmann, 1994, pp. 43-54).

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial provocaram uma recessão profunda, a maior do século 20 (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 69), e um aumento vertiginoso na agitação operária. Ambos os indicadores da crise persistiriam a estes níveis pelo menos até 1921. Perante o aumento dos preços dos produtos do cabaz de consumo – que duplicou entre 1914 e 1918 – e a consequente queda do poder de compra dos salários, as greves multiplicaram-se exponencialmente. Enquanto em 1916 houve apenas 80 greves na cidade de Buenos Aires, envolvendo cerca de 24.000 trabalhadores, em 1919 houve mais de 360, nas quais mais de 300.000 grevistas participaram (Suriano, 2017, pp. 97-102). Nesta conjuntura, as greves declaradas pelos trabalhadores ferroviários e pelos trabalhadores marítimos foram particularmente prolongadas e eficazes na hora de paralisar a economia, pois afetaram o sistema de transportes que era crucial para a atividade agroexportadora.

O armistício, que no dia 11 de novembro de 1918 encerrou formalmente a Grande Guerra, foi recebido com entusiasmo pela sociedade argentina e estimulou novas mobilizações na celebração da paz e da vitória aliada. A oposição aproveitou a oportunidade para repreender o governo encabeçado pelo presidente Yrigoyen por não ter alinhado com os Aliados durante a guerra, expondo assim as fortes tensões produzidas na Argentina pelo já mencionado processo de democratização e os exacerbados confrontos entre governo e oposição que caracterizariam a gestão do caudilho radical (Tato, 2004). A oposição renovaria as suas críticas à política externa oficial após a retirada da delegação argentina da Liga das Nações, rejeitando as diversas disposições adotadas por esse fórum internacional. No entanto, a polarização da opinião pública que havia ocorrido durante a Grande Guerra em relação à gestão das relações externas estava desaparecendo, embora outros eventos a afetassem prontamente num cenário global marcado por tempos turbulentos e localmente marcado pela persistência da crise econômica e social.

Assim, nos primeiros dias de 1919, a cidade de Buenos Aires – a capital da República Argentina – foi abalada por uma escalada incomum de violência, que seria conhecida como a “Semana Trágica” (Bilsky, 1984; Godio, 1985). A greve que começou no dia 7 de janeiro nas oficinas metalúrgicas de Vasena, localizadas nos bairros operários de Nueva Pompeya e San Cristóbal, formou parte do cenário social descrito acima, caracterizado desde 1917 pela crise econômica e pela mobilização sindical. Embora na sua origem estivesse um conflito semelhante a muitos outros que ocorreriam naquela conjuntura de crise, rapidamente se tornou o detonador de um conflito de grande escala. Em poucos dias, esta greve, inicialmente limitada a uma empresa, tornou-se geral e levou a vários incidentes fatais entre grevistas e fura-greves. Perante estes acontecimentos, o governo de Hipólito Yrigoyen permaneceu inicialmente expectante.

O prolongamento do protesto e a inação oficial fizeram alguns setores temer que a revolução social tivesse chegado à Argentina. Uma preocupação que reflete as apreensões

que outro legado da Grande Guerra despertou universalmente foi a revolução russa de 1917, que tinha transformado a Rússia autocrática dos czares na Rússia bolchevique. O medo do contágio revolucionário era um fenômeno global, que naquele agitado ano de 1919 teria manifestações em diferentes latitudes: o *red scare* nos Estados Unidos, o biênio vermelho em Itália, o triênio bolchevique em Espanha (Schmidt, 2000; Kaplan 2003; Bianchi 2006). O medo do “fantasma vermelho” surgido na Rússia foi alimentado no início de 1919 pela revolução espartaquista na Alemanha, que parecia demonstrar a inevitável expansão do comunismo soviético (Weitz, 2009). De fato, a revolta espartaquista, liderada por Rosa Luxemburgo, foi quase simultânea à Semana Trágica e, como ela, também se originou em uma greve geral.

Na Buenos Aires de 1919, a paranoia aumentou em torno de uma revolução iminente. Rumores circulavam insistentemente sobre uma extensa conspiração para criar um soviete na Argentina, que envolveria anarquistas e socialistas, englobados sob o rótulo de “maximalistas”. O movimento de greve iniciado nas oficinas de Vasena foi visto como o primeiro passo nessa direção. A reação das elites de Buenos Aires foi imediata: elas rapidamente organizaram os autointitulados “guardas brancos” ou “guardas cívicos”, grupos paramilitares armados que se dedicavam à repressão de todas as tentativas revolucionárias não concretizadas (Deutsch, 1986, p. 75; Caterina, 1995, p. 27). Pouco tempo depois, o governo abandonaria a passividade e acrescentaria o exército e a polícia à repressão levada a cabo por esses grupos civis. Entre as medidas próprias vigentes do estado de sítio que a partir de então foram colocadas em prática sem mediar a sua promulgação formal, podem ser citadas a censura telegráfica e telefônica, e o encerramento e invasão de locais de trabalhadores (Bilsky, 1984, p. 122). Como resultado, no dia 17 de janeiro, a mobilização dos grevistas foi sufocada, deixando para trás um balanço sangrento. O número de vítimas varia de acordo com os autores, mas sem dúvida foi alto, alterando entre 700 e 1.300 mortos, e entre 500 e 5.000 feridos (Pittaluga 2016, pp. 56-57).

A população judaica foi um dos alvos da onda de violência que atingiu Buenos Aires naqueles dias. Na sociedade argentina, era costume naquela época que o termo “russo” se aplicasse aos judeus, uma vez que a maioria desses últimos tinha chegado ao país no final do século XIX com passaportes do Império Russo. Essa simplificação ignorava o fato de que muitas dessas chegadas foram motivadas pelos *pogroms* implementados pelos czares russos. No contexto de agitação social da Semana Trágica, essa assimilação de “russo” e “judeu” foi fatal. O pânico frente a uma revolução potencial inspirada pela Rússia revolucionária somou-se a um antissemitismo tradicional de raiz católica e estimulou a violência. A figura do judeu representava ambigualmente o inimigo: de ser identificado com o capitalismo e a usura, ele passou a representar nessa conjuntura crítica o revolucionário esquerdista, considerado uma ameaça à atual ordem social e à nação. Como resultado, guardas brancos e forças policiais percorreram os bairros judeus, especialmente o bairro emblemático de Once, e atacaram violentamente pessoas de todas as idades, assim como edifícios de várias instituições comunitárias. Esta incursão deixou como consequência um morto e 71 feridos (Bilsky, 1984, pp. 82-83 e 122-124).

A violência da Semana Trágica não terminou, no entanto, com a repressão. A agitação e o conflito social persistiram e em 1921 manifestaram-se num novo e sangrento ataque. Nesta ocasião, a mobilização dos trabalhadores rurais das fazendas de ovelhas no sul do país foi duramente reprimida pelo exército, num episódio conhecido como a Patagónia Trágica. Esses movimentos de greve com um saldo sangrento para os trabalhadores foram, sem dúvida, um marco central na história das lutas do movimento operário argentino. Mas eles também marcaram um ponto de viragem no desenvolvimento do nacionalismo de direita. Desde a construção do Estado nacional, a Argentina foi concebida como uma terra de promessas, completamente alheia ao conflito, devido ao seu estatuto de sociedade baseada na igualdade de oportunidades e aberta à mobilidade social ascendente (Devoto, 2002, p. 111). A Grande Guerra acentuou a percepção daquela suposta excecionalidade argentina, contrastando a paz ali prevalecente com a violência que rasgou o Velho Continente. Nessa perspectiva, toda a desordem ou conflito foram atribuídos à influência estrangeira. No verão de 1919, o conflito social foi lido como o resultado da ação de ativistas revolucionários, identificados com líderes sindicais e com estrangeiros, em particular com os chamados “russos”. Também levou a um aumento do nativismo, da xenofobia e do antissemitismo, que atingiu o seu apogeu durante a Semana Trágica e que seria institucionalizado dias depois, com a criação da Liga Patriótica Argentina. Esta instituição atuaria muitas vezes durante a década de 1920 como um grupo paramilitar conotado com a conspiração de diversos conflitos sociais (Deutsch, 1986; Caterina, 1995).

A crise do primeira pós-guerra só foi amenizada por volta de 1922, durante a presidência de um outro radical, Marcelo T. de Alvear. Naquela época, a Argentina tinha começado a experimentar um crescimento económico acentuado, superior ao dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, que era de cerca de 4% ao ano. Este panorama de prosperidade mais uma vez estimulou a chegada de imigrantes europeus, que buscavam novos horizontes em vista do atraso na restauração das economias dos seus Estados de origem após o fim da guerra. A gradual normalização do comércio internacional e do mercado de capitais favoreceu a recuperação dos níveis de pré-guerra nas exportações, importações e investimentos e créditos externos. Na década de 1920, os investimentos americanos invadiram a Argentina, lado a lado com a ascensão internacional dos Estados Unidos como principal credor mundial. Foram instaladas numerosas subsidiárias de empresas dessa origem, orientadas para o mercado interno, como Chrysler, General Motors, IBM, RCA Victor, Colgate Palmolive e Goodyear. Embora os investimentos dos EUA não equiparassem aos de origem britânica – que no início do século eram 27% do capital fixo do país –, aumentaram acentuadamente naquela década. A liderança norte-americana também provocou o reordenamento dos intercâmbios comerciais da Argentina. Enquanto esta continuava a encontrar no Reino Unido o seu principal comprador, especialmente de carne, mantendo um comércio superavitário, as suas importações vinham cada vez mais do colosso do Norte, que, ao contrário, era autossuficiente nos produtos que caracterizavam o núcleo das exportações argentinas e gerava um défice na balança comercial do país.

Por outro lado, a melhoria da redistribuição de rendimento e o aumento da despesa pública levaram a um aumento dos salários reais e a uma maior distensão social e, conseqüentemente, à redução dos conflitos operários. A isso foi acrescentado um diálogo mais fluido entre o governo e a oposição, que facilitou uma ação coordenada no parlamento, plasmado na promulgação de legislação social, como a regulamentação do trabalho feminino e infantil, e o estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas (Gerchunoff e Llach, 2005, pp. 78-98).

No entanto, o paraíso que representou a presidência de Alvear no campo político e económico terminaria no final da década. Em 1928, o seu antecessor na primeira magistratura, Hipólito Yrigoyen, concorreu novamente à presidência e obteve um triunfo convincente com cerca de 60% dos votos. O seu regresso ao poder ligou os alarmes da oposição, que já durante o seu primeiro governo tinha criticado a sua suposta demagogia e sua tendência para iludir o controlo parlamentar. A apreensão causada pelo líder radical foi aumentada pela sua idade avançada, na qual se baseava a acusação de senilidade, e pelo abrandamento da gestão.

No seio da direita, até então identificado principalmente com o conservadorismo, uma geração nova e mais radical começou a emergir: os autoproclamados nacionalistas. Com uma retórica antiliberal, mas na prática tributária do liberalismo do século XIX, os jovens nacionalistas usaram tanto o tradicionalismo político europeu – representado de forma paradigmática pelo monarquista francês Charles Maurras – quanto os novos movimentos políticos em ascensão na Europa entre guerras, como o fascismo italiano. Se para os conservadores o problema era a figura de Yrigoyen, para os nacionalistas o inimigo era o sistema democrático, o que possibilitaria o seu regresso à presidência. Usando a imprensa e as organizações de choque como a Liga Republicana, os nacionalistas começaram desde cedo uma campanha cujo objetivo era desgastar, simultaneamente, a autoridade presidencial e a legitimidade democrática (Tato 2004).

A segunda presidência de Yrigoyen coincidiu com um novo ciclo económico recessivo. Já nos anos anteriores a recuperação da agricultura europeia e a melhoria global dos métodos de produção aumentaram a oferta e reduziram os preços mundiais. O surto da crise de 1929 e a depressão subsequente aprofundaram esse cenário. Não apenas restringiu o volume de exportações, mas também das importações e a chegada de empréstimos e investimentos, com a correspondente queda da despesa pública, o desemprego e o aumento do custo de vida (Gerchunoff e Llach, 2005, pp. 110-118).

A combinação da crise social e económica com a agitação política alimentou o ambiente em que decorreu o primeiro golpe de Estado na história argentina, a 6 de setembro de 1930. Protagonizado por alguns setores do exército sob a liderança do general José Félix Uriburu, contou, entretanto, com um amplo apoio civil, que incluiu – com poucas exceções – as principais forças de oposição ao radicalismo. No calor da grande depressão, fechou-se o primeiro ciclo da democracia argentina.

Em suma, tanto durante a Primeira Guerra Mundial como no imediato período de pós-guerra, a Argentina experimentou as vicissitudes de sua conexão a um mundo globalizado. Entre 1914 e 1918, apesar da firme manutenção da neutralidade diplomática con-

tra a guerra que assolava a Europa, não esteve à margem dessa tragédia. A guerra criou oportunidades de expansão em algumas áreas da atividade exportadora, mas também expôs a vulnerabilidade externa dessa economia aberta limitando importações, receitas fiscais e gastos públicos, e deu origem a uma profunda crise social e econômica que seria prolongada pelo menos até 1921. Da mesma forma, embora o Estado argentino não tenha participado militarmente da luta, a sociedade civil experimentou uma espécie de beligerância cultural. Isso inicialmente a levou a polarizar e a tomar partido por um dos lados do conflito, lutando simbolicamente nas bancas de jornais e nas ruas, alistando-se ao serviço das forças combatentes ou recolhendo ajuda humanitária para as vítimas da guerra. No momento global de 1917, quando as interações com o mundo em guerra se intensificaram como resultado da concatenação de diversos eventos bélicos, a sociedade debateu apaixonadamente o papel que a Argentina devia desempenhar nessa situação. Nesse sentido, a neutralidade oficial não pôde afastar o país dos processos que estavam ocorrendo à escala global.

As comoções causadas pela Grande Guerra em diferentes dimensões da vida argentina continuaram após a sua conclusão. Assim, a crise econômica e social conjugou-se com o medo da expansão global da revolução russa e, entre 1919 e 1921, levou a uma onda de greves cuja expressão máxima foi constituída pela Semana Trágica e pela Patagônia Trágica. Além disso, em consonância com os desafios à democracia e ao liberalismo que se estendiam no Velho Mundo após a guerra, os anos 1920 também testemunharam na Argentina o surgimento de questões relacionadas com a experiência democrática que dava os seus primeiros passos desde as vésperas da guerra. No contexto de outra crise global, causada desta vez pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e pela grande depressão que se seguiu, as críticas ao sistema democrático levariam à interrupção dessa primeira experiência democrática e ao estabelecimento do primeiro de uma série de golpes que marcariam a vida política argentina ao longo do século XX.

## Referências

- Bianchi, R., 2006. *Pace, pane, terra. Il 1919 in Italia*. Roma: Odradek Edizioni.
- Bilsky, E. J., 1984. *La Semana Trágica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Caterina, L. M., 1995. *La Liga Patriótica Argentina. Un grupo de presión frente a las convulsiones sociales de la década de 1920*. Buenos Aires: Corregidor.
- Deutsch, S., 1986. *Counterrevolution in Argentina, 1900-1932. The Argentine Patriotic League*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Devoto, F. J., 2002. *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna. Una historia*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Gerchunoff, P. e Llach, L., 2005. *El ciclo de la ilusión y el desencanto. Un siglo de políticas económicas argentinas*. Buenos Aires: Ariel.
- Godio, J., 1985. *La Semana Trágica*. Buenos Aires: Hyspamérica.
- Kaplan, T., 2003. *Ciudad roja, período azul. Los movimientos sociales en la Barcelona de Picasso (1888-1930)*. Barcelona: Península.

- Pittaluga, R., 2016. *Soviets en Buenos Aires. La izquierda de la Argentina ante la revolución en Rusia*. Buenos Aires: Prometeo.
- Schmidt, R., 2000. *Red Scare: FBI and the Origins of Anticommunism in the United States, 1919-1943*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, University of Copenhagen.
- Suriano, J., 2017. La Primera Guerra Mundial, crisis económica y agudización del conflicto obrero en Argentina. *Estudios Históricos*, 30(60), pp. 93-114.
- Tato, M. I., 2017. *La trinchera austral. La sociedad argentina ante la Primera Guerra Mundial*. Rosario: Prohistoria.
- Tato, M. I., 2014. *Viento de Fronda. Liberalismo, Conservadurismo y Democracia en la Argentina, 1911-1932*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Weinmann, R., 1994. *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*. Buenos Aires: Biblos/Fundación Simón Rodríguez.
- Weitz, E., 2009. *La Alemania de Weimar: presagio y tragedia*. Madrid: Turner.